

“Ao Mestre com carinho”: agradecimentos e pequenas elucubrações de um pesquisador nativo no campo da segurança pública

Rodrigo Bueno Gusso¹

Resumo: O texto apresenta uma reflexão sobre a infância e a formação da identidade do autor, hoje policial civil, marcada por sua proximidade com o ambiente policial em Curitiba durante a década de 1980. O autor descreve suas memórias e experiências que moldaram suas primeiras percepções sobre o conceito de ordem e controle social. Ele menciona desfiles militares, a influência da educação cívica na escola e a imposição de uma cultura patriótica como uma forma de controle social. A narrativa evoca a tensão entre o respeito à ordem e a curiosidade infantil sobre as estruturas de poder. O presente trabalho é uma reflexão pessoal do autor sobre sua trajetória acadêmica marcada pela influência do professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes durante seu curso de Doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. O autor retrata como a relação com Pedro Bodê o ajudou a entender a interseção entre a teoria acadêmica e a prática policial, a importância de estudar o controle social a partir de uma perspectiva mais ampla enfatizando a empiria e a observação no campo social não só restrita a teorias, mas reconhecendo a riqueza dessa dualidade em sua formação e pesquisa. Narra as dificuldades de separar a “racionalidade da observação” da “passionalidade da vivência”, uma vez que a percepção da teoria empirista (subjativismo ou espontaneísmo) toma emprestado da realidade as suas estruturas, e uma teoria construtivista diz que os objetos só são percebidos por um ato de construção (cientismo determinista).

Palavras-Chave: Política Criminal, Segurança Pública, Controle Social, Polícia, Pesquisa.

Abstract: The text presents a reflection on the author's childhood and the formation of his identity, now a civil police officer, marked by his proximity to the police environment in Curitiba during the 1980s. The author describes his memories and experiences that shaped his first perceptions about the concept of order and social control. He mentions military parades, the influence of civic education at school, and the imposition of a patriotic culture as a form of social control. The narrative evokes the tension between respect for order and childish curiosity about power structures. The present work is a personal reflection by the author on his academic career marked by the influence of professor Pedro Rodolfo Bodê de Moraes during his PhD in Sociology at the Federal University of Paraná. The author mentions how the relationship with Pedro Bodê helped him understand the intersection between academic theory and police practice, the importance of studying social control from a broader perspective, emphasizing empirics and observation in the social field not restricted to theories and yes, recognizing the richness of this duality in their training and research. It narrates the difficulties of separating the “rationality of observation” from the “passionality of experience”, since the perception of the empiricist theory (subjectivism or spontaneism) borrows its structures from reality, and a constructivist theory says that objects are only perceived by an act of construction (deterministic scientism).

Keywords: Criminal Policy, Public Security, Social Control, Police, Research.

1. As primeiras percepções simbólicas sobre segurança pública

Eles usavam capacetes nas cores preta e branca com a insígnia frontal trazendo a sigla “PM”. Andavam sempre juntos, no entra-e-sai das viaturas, na permanência das

¹ Pós-Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal; Delegado de Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, email: gusso@gusso.com.br

inacessíveis salas e, principalmente, no campo de futebol de areia localizado em frente ao centro de comando, bem ao lado dos mastros das bandeiras. Por vezes, éramos expulsos do “nosso” campo, quando este se transformava em espaço de marcha, de inspeção ou qualquer outra atividade militar. Eles estavam diariamente vestidos com a mesma indumentária: roupas marrons tirantes a cáqui com botas e coturnos pretos e brilhantes. No antebraço do uniforme, tinham uma faixa circular de couro branco com a mesma insígnia do capacete. Eram parecidos nos seus trejeitos, nas falas, nos gestos, nos cortes curtos de cabelos, nas barbas feitas, enfim, uma absoluta simetria aparente que dava a impressão de que tal comportamento não permanecia somente na esfera da disciplina militar (principalmente durante os ritos diários). Mas, pelo menos naquele espaço social e na minha percepção infantil, parecia que eram todos “iguais”. Talvez pela característica lúdica da molecada que amiúde frequentava o local nas mais acirradas peladas futebolísticas, um ou outro fazia algum eventual gesto mais simpático, seja no “empréstimo” da “bola oficial” (em que também estava pintada, com caneta pincel, a insígnia PM) ou até mesmo na permissão de beber água na torneira do escanteio junto ao muro dos fundos da base militar, que ficava atrás do Palácio Iguçu. Nossos jogos no campinho de areia eram ocasionalmente interrompidos por um evento formal: uma marcha, um hasteamento de bandeira ao som do hino nacional, a chegada de algum oficial externo ou até mesmo de algum visitante importante (lembro-me de que até o Papa João Paulo II passou por lá, em 1980). Da janela do meu apartamento, era possível ver quando o “campinho da PM” estava vazio, e, sem demora, toda a piazada do condomínio e da rua em frente se articulava para jogar futebol na caserna.

Talvez tenha sido este o meu primeiro contato um pouco mais próximo com alguma força policial. No vaivém de policiais militares com armas em coldres de couro preto e de viaturas caracterizadas estacionadas ao lado, era ali que jogávamos nosso futebol sem importância. Era início da década de 1980, e eu morava num edifício residencial quase de frente à base da Polícia Militar (hoje chamada de Companhia Independente de Polícia de Guarda), localizada à rua Deputado Mário de Barros, Centro Cívico, Curitiba.

Tão forte quanto as lembranças do “campinho da PM”, trago na memória algumas relíquias dificilmente esquecíveis, que, por muito tempo, margearam meu imaginário infantil. Passagens que não se perderam no anonimato do nosso cotidiano, mas que, pelo contrário,

permaneceram como as primeiras percepções que, ainda hoje, me ajudam na construção das representações que diariamente sou obrigado a fazer. Entre elas, a de me lembrar do policial que me tornei.

Íamos em família, anualmente, nas paradas de Sete de Setembro acompanhar os desfiles militares que passavam pela avenida Cândido de Abreu. A exibição funcionava mais ou menos assim: primeiro, eram as três forças militares e seus apetrechos de guerra: tanques, canhões, mísseis, bazucas, roupas camufladas, fuzis, granadas etc. Com certeza, esta era a mais atraente. Em seguida, vinham as polícias estadual, civil e militar e o corpo de bombeiros, com seus caminhões de incêndio, quase sempre com todas as sirenes e giroflex ligados. Por último (e muito menos interessante), os alunos das escolas públicas e os escoteiros. Certa vez, enquanto eu e meu irmão mais velho estávamos “passando revista” nos grupos de militares já em forma, fomos surpreendidos pela voz de um cadete do Exército, que, sem poder sair de sua formação, teria nos pedido para que ligássemos de um telefone público para sua namorada avisando a hora prevista em que a sua guarnição passaria defronte ao Palácio Iguçu. Assim fizemos, mesmo não entendendo por que o próprio rapaz não podia fazer tal chamado!

Desta época – em meus 9, 10 anos –, igualmente me recordo das inúmeras marcas de tinta provenientes de cascos de cavalos no asfalto das ruas próximas aos desfiles, nas primeiras horas da manhã do Sete de Setembro. Sim! Eles pintavam de cor prata os cascos dos cavalos antes dos desfiles. E o povo? Com suas havaianas, kichutes, alguns descalços, assistindo e aplaudindo a tudo e a todos.

Ainda encantado pela força ostensiva, pelo simbolismo e poder dos militares, por vezes, ficava triste quando recebia a resposta negativa de minha mãe ao lhe indagar se meu falecido avô, que serviu o Exército até a patente oficial de tenente-coronel, não teria ido à guerra. Em tom melancólico, ela dizia que não, pois meu avô “tinha o pé chato” e não teria passado no exame médico seletivo dos convocados.

Assim foram os desfiles que presenciei na minha infância e no começo da minha adolescência. Por muitos anos, estes temas foram objetos de trabalhos escolares no colégio,

principalmente da matéria denominada Educação Moral e Cívica.² Hoje, percebo que esta disciplina poderia muito bem estar inserida naquilo que Pierre Bourdieu chamou de “cultura nacional legítima”, em que o sistema escolar impõe e inculca universalmente, nos limites de seu âmbito, os fundamentos de uma verdadeira “religião cívica” e, mais precisamente, os pressupostos fundamentais da imagem (nacional) de si (BOURDIEU, 2008).

Ali, no ambiente escolar, foram geradas as primeiras discussões sociais que presenciei e participei na minha vida. Discutíamos quase que inconscientemente sobre Estado, controle social, governo, sociedade e povo, entre outros temas, até porque, no meu nicho familiar, não havia espaço para este tipo de discussão, uma vez que descendíamos do meu avô militar, e qualquer indagação ou questionamento ao sistema governamental presente era visto por meus ascendentes como comportamentos simpatizantes à subversão, à desordem e, conseqüentemente, ao comunismo. Era o pavor rodeando a mesa de jantar. Minha avó, diga-se, ainda hoje teme que seu apartamento de três quartos seja “dividido” entre desconhecidos por força de um eventual governo socialista – um governo em que, pelo menos na minha concepção infantil, eram todos tidos como iguais. Era difícil entender os significados e as posturas da família, pois se, por um lado, meus pais nunca preferiram ou preteriram nenhum dos três filhos, pelo fato de nos considerarem “filhos iguais” e “comuns” (e assim nos fizeram acreditar nesta ideia), por outro, não conseguíamos compreender por que eles não haveriam de transcender este conceito, até então restrito aos filhos, e aceitar um mundo mais igualitário ou “comunista” – ou, como em nosso pensamento de criança, um mundo onde todos fossem tratados como seres comuns.

Enfim, ainda meninos, vivíamos num período em que tínhamos que respeitar a “ordem de Brasília”, ou seja, nos comportar como pessoas ordeiras e regradas, amparadas por uma ética não somente familiar, mas resultante de um capital simbólico cultural rígido, simplesmente por acreditar na veracidade da retórica governamental. Este comportamento não era restrito apenas na efetivação de macrocondutas, mas também nas pequenas demonstrações

² A Lei 869, de 12 de setembro de 1969, estabeleceu, em caráter obrigatório, como disciplina e também como prática educativa, a Educação Moral e Cívica em todos os sistemas de ensino no Brasil. A fundamentação da propositura desta disciplina tinha alguns objetivos, entre eles o “fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana, o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade e o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum”.

patrióticas como, por exemplo, cantar em alto e bom tom o hino nacional da escola nos intervalos das segundas-feiras e até na obrigação de nos recolhermos cedo para dormir à noite quando víamos na tela de abertura de algum programa de televisão um papel em preto-e-branco com uma escrita datilografada da Censura Federal, oriundo do Departamento da Polícia Federal – era o Estado nos mandando para a cama mais cedo. Lembro-me de que, ao mesmo tempo em que tal documento oficial era mostrado na TV, um locutor dizia, com voz grossa e tom ameaçador, algo mais ou menos assim: “Este programa foi aprovado e liberado pelo serviço de censura federal para ser exibido neste horário”. E ainda trazia a faixa etária autorizada a assistir tal programação, ou eventualmente um carimbo torto com os dizeres “programa livre”, fazendo menção à inexistência de qualquer restrição governamental.

Esta espécie de censura, não apenas a governamental, mas também a familiar, ainda que sob um disfarce disciplinador e educacional (ou seja, como um elemento supostamente necessário na formação de valores éticos e morais), não era vista por mim como algo ruim, mas sim como algo, às vezes, dispensável ou desproporcional. Talvez o maior exemplo de que ainda consiga me lembrar seja o da obrigatoriedade da rigidez corporal, quase cadavérica, que éramos condicionados a praticar durante a execução do hino nacional na escola. Nas inúmeras indagações sobre as motivações daquela nossa forçosa performance corporal, recebíamos sempre a mesma resposta: “Sinal de respeito”. Mas, mesmo assim, continuávamos a indagar: “Respeito a que e por que?”

Gaston Bachelard, em sua obra *Psicanálise do fogo*, afirmou que “é o objecto que nos designa, mais do que nós o designamos a ele; e aquilo que imaginamos serem os nossos pensamentos fundamentais acerca do mundo não passa, muitas vezes, de confidências a respeito da juventude do nosso espírito”(BACHELARD, 1989).

Posso, de forma não suficientemente convicta, arriscar a dizer que um dos ensejos que me perpetraram a vontade de estudar o que hoje chamamos de controle social tenha sido o fato de, mais uma vez, tentar resolver minha incompreensão quanto a algumas formas de disciplina (questionáveis) impostas socialmente. Se, quando criança, a inquietação quanto ao discurso da ordem, da normalidade e do correto era, às vezes, vista por mim como algo infundado, na etapa adulta, não tem sido diferente. Aliás, cabe aqui reconhecer a possibilidade de que a rebeldia juvenil dos nossos dias, às vezes confundida como um comportamento

criminoso, seja apenas uma forma de inquietude ou incompreensão de atores ainda em formação. Comportamentos “anormais”, não apenas comuns em minha infância e adolescência, mas presentes até os dias de hoje. Talvez seja por esta razão que, mesmo fazendo parte de uma instituição que se fundamenta no discurso da ordem social, ainda me sinto como um inquieto, um insurgente, um ser descolado do senso comum oficial, mais ou menos como um *outsider*, na clássica versão de Norbert Elias.

2. Um lugar no mundo social: noções preliminares

Passei a adolescência (metade da década de 1980 até meados da década de 1990) imerso no mundo acima descrito, e, como era natural à idade, detinha apenas uma rasa noção do conceito das categorias polícia, ordem, segurança etc. Tais limitações não me impediram de fazer lúdicas elucubrações e representações sociais de seus significados. Quem sabe, aquela época tenha formado em mim alguns dos primeiros apreços que contribuiriam para compor o meu “campo de produção ideológico” (BOURDIEU, 2009), muitos dos quais, senão a maioria, provindos de discursos familiares ou populares. Atualmente, pela crença e também pela autocrítica que hoje faço, não tenho vergonha de dizer que alguns destes discursos ainda perduram.

Talvez daí também provenha a minha noção (outra vez, inconsciente) da primeira criação de estereótipos, estigmas e caricaturas, principalmente de indivíduos que não faziam parte do meu mundo social, ou, numa visão marxista, da minha *classe social*, entre eles, aqueles “sujeitos-sujeitáveis” criminalmente ou, mais ainda, aqueles simplesmente valorados pelas suas condições sociais, raciais ou econômicas. Assim fez-se o meu primeiro contato com o atual discurso simétrico: *crime = preto, pobre ou puta*, numa época em que as recomendações de segurança se restringiam a uma simples frase: “Cuidado com os maloqueiros!”

O cotidiano de obviedades se resumia na pragmaticidade do dia-a-dia e me inquietava no contexto socialmente aceito, quer dizer, na forma com que alguns eram os “escolhidos” da expiação social, ou melhor, pelo fato de que somente alguns eram sujeitáveis a uma reprimenda social, seguida de uma reprimenda penal e finalizada por um enorme esculacho midiático. Mesmo sem saber iniciava-se aí as minhas primeiras percepções daquilo

que anos mais tarde aprendi com meu mestre Pedro Bodê: o exercício de um “controle social perverso”.

Esta formulação estereotipada era (ou é) o discurso do senso comum, exacerbado não só nas discussões cotidianas como nas rodas de conversa, nas mesas dos bares, nas repartições públicas, enfim, nos pequenos espaços sociais. Mas também, muitas vezes, derramados pela alocação e pelo carisma de atores sociais que possuíam um grande capital simbólico representativo e comunicativo, principalmente quando faziam uso de mecanismos de reprodução midiática, como o rádio, a televisão e os ditos jornais populares (cujos temas se resumiam a dois únicos cadernos: esportivo e policial).

Esses mecanismos, por interesses próprios, produziam e transmitiam, além de um “mal-estar social”, conforme denunciado por Patrick Champagne (CHAMPAGNE, 2008), o quase unânime posicionamento social resultante, demonstrado por crenças e premissas populares. Como exemplo, cito os jargões satanizados e prolatados aos quatro ventos e de todas as formas: “direitos humanos para humanos direitos”, “bandido bom é bandido morto”, “vale menos que água de salsicha”, “senta no colo do capeta”; “tá no bico do urubu”, entre outros tantos. E assim se reproduzia o senso comum na percepção do “mundo social” (BOURDIEU, 2009),³ nas mais variadas formas de comunicação, em especial, no jornalismo escrito e em reportagens televisivas com grande apelo midiático. Nas reportagens policiais⁴ em que se bradavam tais frases e simultaneamente eram mostradas imagens de sujeitos considerados infratores, começava então a demonização. É desnecessário lembrar que tudo acontecia com o conluio das forças policiais entrevistadas, que, ao final da reportagem, também propalavam seus discursos éticos e morais acerca da reprovação da conduta aferida.

³ Conforme Pierre Bourdieu, “a teoria mais acentuada objectivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim para a própria construção desse mundo, por meio do trabalho de representação (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social”. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*; tradução Fernando Tomaz. 12ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009, p. 139.

⁴ Ainda hoje é comum a existência de programas policiais, principalmente na forma televisiva, cujas características se resumem no tom inflamado e desafiador do apresentador, o uso de termos chulos para expressar revolta e indignação, e a demonstração de conteúdo depreciativo e apelativo correlacionado a eventual crime ocorrido. Nas décadas de 1980 e 1990, o programa *Cadeia Nacional*, transmitido pela extinta Rede OM de televisão, cuja apresentação era feita pelo jornalista Luiz Carlos Alborghetti, tornou-se o mais famoso.

A suposta verdade destes discursos, dita como lição de casa pelo apresentador ou até mesmo pelo policial, fechava a matéria.

Enfim, éramos todos (o apresentador, os entrevistados e os espectadores) os guardiões da ordem social. E, para sê-los, necessitávamos de um exemplo, mesmo que negativo, para que impuséssemos nossas verdades mundo afora por meio da imperiosa necessidade de exorcizar o esculachado – aquele mesmo que, além de preencher todos os requisitos exigidos para o rito de exclusão, era ainda mais odiado se apresentado na mais sórdida condição humana, ou seja, vestindo trapos, lesionado, sujo, chorando e “arrependido”. E pior se ainda fosse um reincidente! Piegas de piegas!

Geralmente, depois do horário do almoço ou no começo do entardecer que tais programas policiais eram exibidos. Assim, criava-se, em mim, a primeira noção do conceito de estigma, nos moldes das três categorias de Erving Goffman (GOFFMAN, 2008). Acostumamo-nos com as cores preto-e-branco da polícia,⁵ das suas indumentárias, e, principalmente, da pintura das suas viaturas (geralmente, veículos também “estigmatizados” como eram os das marcas Opala e Veraneio). E, com elas, aprendíamos a dicotomia do certo e do errado, pois não podia haver o meio termo. Não havia espaço para, por exemplo, o marrom e o bege, como também não podia haver o “mais” e o “menos” culpado ou criminoso. Era a política do *é* ou *não é*. E, se assim fosse um dos “eleitos”, havia a necessidade de caricaturá-lo e fazê-lo repugnante.

Quantas fotos de jornais e quantas imagens em reportagens abalizaram as minhas lembranças. Não apenas daqueles que eram considerados os autores da infração, mas também suas vítimas. As clássicas cenas de televisão mostrando cadáveres no asfalto; o lençol velho cobrindo o corpo dilacerado e sujo de sangue; o isolamento malfeito para a chegada da perícia; os populares assistindo; as câmeras filmando; o rabeção do Instituto Médico-Legal com as portas traseiras abertas; e, por fim, um pouco mais ao lado do morto, amigos e parentes chorando. Sorte da imprensa quando encontrava alguém um pouco mais capacitado emocionalmente para dar entrevistas. Entrevistas estas também iguais, com as mesmas

⁵ No discurso policial, ensina-se que as cores preta e branca, postadas nos aparatos símbolos e principalmente nas viaturas policiais, significam que a instituição policial está vinte e quatro horas em alerta e de prontidão. De dia (branco) e à noite (preto).

perguntas e as mesmas respostas, encerradas com a mais monótona e previsível frase: “*Agora, queremos justiça!*” E que justiça seria esta? Talvez a única circunstância que tenha mudado, no passar dos anos, foi a transposição da minha figura. Antes na condição de espectador e agora como executor. O cenário continua igual, o discurso também. Hoje, faço parte deste espaço, e, como bom ator, devo executar a minha atividade, para a fidelidade desse simulacro. Às vezes, conscientemente, outras não.

O Estado me fez entrar nele obrigatoriamente, como fez com todos os outros, e me tornou dócil em relação a ele, Estado, e fez de mim um homem estatizado, um homem regulamentado e registrado e vestido e diplomado e pervertido e deprimido, como todos os outros. Quando vemos homens, só vemos homens estatizados, servidores do Estado, que, durante toda sua vida, servem ao Estado e, assim, toda sua vida servem à contra-natureza”. (BOURDIEU, 2008. p.92)⁶.

3. O eterno dito “Conte comigo”

“Amigos entram e saem de nossas vidas como garçons em um restaurante”. Trago essa frase comigo, desde o dia em que a escutei em um filme de sessão da tarde cujo título “Stand By Me” traduzido para o português ficou “Conte comigo”. E assim foi, e assim é. Acaso, destino, coincidência, sorte, não importa,... surrealmente conheci o professor Pedro Bodê no interior de um shopping center em Joinville-SC em meados do ano de 2007. Fui apresentado a ele por minha esposa Luana, que teria sido sua aluna na UFPR e lhe mantinha grande apreço. Disse que era policial em Santa Catarina e que tinha acabado de finalizar um mestrado em direito e uma pós em segurança pública cuja interdisciplinaridade me trouxe a necessidade de expandir meus campos de estudo.

Se foi a inquietude que me fez migrar às ciências sociais, também foi um “conte comigo” dito por Pedro Bodê que me encorajou a tentar entrar no curso de doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná. E assim (mais uma vez: sorte, destino, mérito ou outras coisas que não mais importam), aconteceu. Durante quatro anos convivi com Pedro quase que diariamente, em suas aulas, palestras, orientações e encontros em sua casa regados a café e cachimbo. Enquanto moía grãos em seu moedor à manivela, me dizia que toda boa reunião de orientação começava com um bom café. Ainda hoje quando vejo ou escuto alguém moendo café naqueles moedores manuais pequenos lembro e sinto saudades do meu

⁶ Texto de autoria de Thomas Bernhard. *Maitres Anciens* (Alte Meister Komodie) Paris, Gallimard, 1988, p. 34, citado por Pierre Bourdieu na obra *Razões práticas*. BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus. 9ª Ed. 2008, p. 92.

orientador. Além de um amigo, o professor Pedro Bodê foi quem me trouxe a possibilidade de pensar algo diferente, de transgredir as velhas regras metodológicas do direito agora visto por meio de uma nova ciência, a sociologia. Uma maneira de confrontar com os antigos ensinamentos e trazer ao campo uma nova forma de pensar o meu objeto de estudo: o controle social, não mais sob a ótica meramente jurídica, mas sim com a possibilidade ilimitada de, conforme dito por Simmel, “extrair dos fenômenos uma série ou uma parte da totalidade ou da imediaticidade vivida” e “retirar da realidade formas sintéticas e nelas descobrir leis e evoluções, enquanto essas formas não existem como algo que possa ser experimentado isoladamente” (SIMMEL, 2009).⁷ No caso em questão, ir além da previsibilidade de planilhas e quesitos previamente definidos, ou seja, “descortinar a influência dos valores inconscientes na própria base de conhecimento empírico e científico” (BACHELARD, 1989).⁸

Eu era um iniciante na sociologia. Até então meus contatos com os grandes mestres das ciências sociais eram superficiais, Durkheim, Weber, Elias, Comte, Marx, Kant, Bourdieu, dentre outros, restringiam-se a autores cujas obras ficavam nas prateleiras raramente frequentadas por mim na biblioteca. Hoje, é interessante pensar (e reconhecer) que os meus reclames iniciais confessados ao Pedro Bodê no que se referia ao meu medo de não conseguir acompanhar as discussões sociológicas em sala de aula no início do doutorado eram por ele sempre rechaçados: “Empíria meu amigo, foque na empíria, a teoria vem naturalmente”. Pedro tinha razão!

Para meu mestre, o campo social, os espaços de interação e a observação eram o que realmente importava. Insistia muito nisso. Os atores sociais e suas relações são o objeto da análise, cabe a nós desvendarmos seus significados. Talvez não tenha sido por acaso que Pedro incentivava e “adotava” policiais das mais diversas instituições para serem seus alunos e orientandos, pois sabia que um *nativo*, na clássica definição de Bourdieu, metido a “cientista”, também poderia ser objeto de análise e contribuir para o diálogo e interseção entre a teoria dos bancos acadêmicos e a empíria das ruas onde se põe em prática o exercício do controle social realizado pelo Estado. Sinceramente, nunca acreditei nos discursos que conferem uma absoluta legitimação apenas mediante a opinião do intérprete inserido no contexto analisado, ou, em termos mais simples, na crença de que só sabe a verdade, e,

⁷ SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006, p. 19.

⁸ BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Lisboa: Litoral. 1989, p. 16.

portanto, tem condições de dizê-la, aquele agente (ou “nativo”, novamente Bourdieu) que está inserido no conjunto avaliado. Para aqueles que também pensam neste sentido, talvez uma minoria, podemos dizer que a classe policial segue o posicionamento contrário, principalmente quando se trazem à discussão temas relacionados à segurança pública, violência, criminalidade etc. Como se somente quem fosse “de dentro” pudesse saber de todos os significados e resoluções desses problemas sociais, que bem fazem parte do nosso cotidiano profissional, embora nossa classe, às vezes, se esqueça de que todos os problemas policiais são, antes de tudo, problemas sociais advindos de outros campos.

Mas, como afirmei, aprendi a não concordar com esse discurso, ainda que acredite não ser fácil separar a “racionalidade da observação” da “passionalidade da vivência”, apesar de que uma possa coexistir com a outra, pois, como denota Bourdieu, a percepção da teoria empirista (subjetivismo ou espontaneísmo) toma emprestado da realidade as suas estruturas, e uma teoria construtivista diz que os objetos só são percebidos por um ato de construção (cientismo determinista).⁹ Essa dificuldade de separar a objetividade da subjetividade se fez presente durante minhas pesquisas de campo no meu doutorado, pois se, por um momento, eu visava à construção de uma pesquisa científica mais técnica possível, por outro, ficou notório que a minha convivência com meus entrevistados na elaboração da minha tese principalmente resultaram numa grande empatia e reconhecimento por alguns deles, em especial, aos agentes policiais que, como eu, enfrentavam as angústias e as deficiências em espaços sociais semelhantes ao meu. Trata-se de uma espécie de intimidade reconhecida, fundada por prenoções comuns entre agentes e campos parecidos.

Pedro sabia que o carimbo “polícia” que nós policiais pesquisadores trazíamos em nossa testa se refletia em uma intimidade e a familiaridade ao campo pesquisado, mas igualmente, servia para “abrir as portas” junto aos agentes entrevistados, e que por vezes, lançava mão das prenoções que a prática laboral conjunta denotava. Uma espécie de “auto-análise”, ainda que fosse pela observação ao semelhante, cuja intimidade e a familiaridade com o assunto proposto puderam facilitar a observação. É, como dito por Gaston Bachelard,

⁹ BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia. Paradoxo do sociológico*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983, p. 68.

uma “espécie de inconsciente do espírito científico”, resultante de convicções formadas nos mais variados campos.¹⁰

Assim, sendo apoiado e encorajado pelo meu mestre, passei a me sentir à vontade para estudar o campo social das políticas públicas de segurança pública, pois se, num sentido, facilmente me incluo em espaço social semelhante – isto é, faço parte de uma sistemática operacional análoga que engloba boa parte da praticidade da política criminal eleita, por outro, em decorrência da minha formação escolar, possuo condições de conhecimentos técnico e acadêmico para este estudo.

Esta condição pessoal, à primeira vista, pode parecer confortável, mas, na verdade, representa uma responsabilidade dupla. A primeira: a de evitar que a escolástica acadêmica não se distancie do significado da experiência vivida. Esta é a nossa responsabilidade, ou seja, representar tecnicamente esta observação e transcrevê-la na forma mais fidedigna possível sem cair em elucubrações formais e normativas. E a segunda: considerar a importância das prenoções que o trabalho prático denota, não as utilizando como uma eventual fuga para qualquer dificuldade encontrada na análise acadêmica, por desconhecimento da teoria ou até mesmo por um descontentamento pessoal em face da teoria dominante. Isto porque sabemos que é prático, e até mesmo tentador, por algumas vezes, nos acomodarmos apenas nas justificativas meramente empíricas e/ou pessoais, desprovidas de qualquer cientificidade, ou, falando de outra maneira, afastar a cientificidade pelo simples “achismo” ou subjetivismo. Hoje, em minhas orientações junto aos meus alunos policiais, ao me deparar com esse subjetivismo pessoal exagerado e carente de cientificidade, parafraseio meu mestre: “Cuidado com a panfletagem!”, como bem dizia o professor Pedro Bodê.

Mesmo assim, posso afirmar que sou um privilegiado pelo simples fato de poder frequentar esses dois mundos: o da universidade, onde o professor Pedro também ajudou em meu caminho abrindo portas e que encontrei os instrumentos teóricos que me permitem interpretar a experiência das instituições (entre elas, algumas a que pertença), e o próprio espaço policial. Convém aqui inicialmente dizer que, muitas vezes, os trabalhos acadêmicos produzidos sob a orientação do Pedro ora tendia para um lado, ora tendia para outro – um fato, a meu ver, normal, haja vista a possibilidade das influências destes dois campos

¹⁰ BACHELARD, Gaston. *A psicanálise do fogo*. Lisboa: Litoral. 1989, p. 16.

operarem mutuamente, pelo menos para mim, em harmonia. Teoria e prática policial não são conflitantes, pelo contrário, são complementares.

Aprendi a importância de sempre procurar elaborar uma análise sociológica baseada na maior imparcialidade possível, ainda que, por vezes, de forma consciente ou não, posso valer a minha condição de policial, ou melhor, o conhecimento que a prática policial denota. Como exemplo, as técnicas específicas de interrogatório, entrevistas e suas interpretações que aprendi, não apenas na academia de polícia, mas especialmente durante os anos em que trabalhei como delegado titular da Divisão de Homicídios de Joinville. Ainda hoje, as vezes é impossível não utilizá-las durante minhas pesquisas no campo social, uma vez que já fazem parte da minha própria subjetividade, racionalizada ou não.

Essa tentativa de imparcialidade se faz presente também nas formas de pensar o objeto de análise e suas características. Lembro que na época da elaboração da minha tese, não foi sem motivo que, aconselhado por meu orientador, meus estudos não deveriam ser realizados na cidade onde exerço minha profissão de policial. Pedro me alertou que talvez as respostas dos entrevistados não seriam tão sinceras, principalmente quando tivéssemos a oportunidade de entrevistar atores da política criminal exercida, assim como, também haveria a possibilidade de que as próprias perguntas por mim formuladas pudessem ser parciais, uma vez que, conhecendo o campo, saberia as suas qualidades e dissabores.

Me recordo que nas entrevistas realizadas durante minhas pesquisas de doutorado, tomei o cuidado de me abster de qualquer identificação pessoal com a prática policial, ou seja, na praticidade que o campo impôs, em variadas visitas, mantinha o cuidado de me apresentar aos interlocutores como um estudante de pós-graduação e não como um policial. Meu intuito passou a evitar qualquer interferência ou influência nos diálogos propostos, fosse de forma sugestiva ou coativa, mesmo que de modo inconsciente, ou, como dito por Bourdieu, evitar as “distorções da reflexividade reflexa”, em que não se pode apenas confiar nos atos de boa vontade, pois todos os tipos de distorções estão inscritos na própria estrutura da relação de pesquisa.¹¹

Penso que, ainda hoje, me apresentando como policial pesquisador, o fato de os entrevistados prontamente conhecerem a minha identidade laboral é mais uma preocupação

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *A miséria do mundo*. Compreender. Petrópolis: Vozes. 2008, p. 694.

para se evitar essas possíveis distorções. Devo isso a uma lição dada a época por meu orientador que, sabiamente, desde o início do meu doutorado e das minhas pesquisas, previu e me alertou sobre as influências que o conhecimento por terceiros da minha identidade como policial traria ao meu trabalho acadêmico. Ele sabia que se tal postura não fosse adotada, todo o trabalho resultaria não em um estudo sobre uma política criminal imputada a jovens carentes (tema da minha tese), mas, possivelmente, sobre as representações que os entrevistados faziam acerca de um policial estudante, tendo como objeto alguns sedutores diálogos caracterizados por perguntas e respostas indutivas, convenientes e “agradáveis” – uma encenação comum (conforme explicado por Erving Goffman, na obra *A representação do eu na vida cotidiana*), preenchida pelo ponto de vista popular, de que esta representação teatralizada é feita para o “benefício alheio”, oscilando entre o cinismo e a sinceridade.¹²

Tudo isso ainda me faz recordar das tentativas de aproximação de algumas pessoas estranhas à habitual prática policial, que querem, por diferentes motivos, ser agradáveis comigo, principalmente quando emitem opiniões, na maioria das vezes mediante discursos recrudescedores da política criminal, achando que, deste modo, irão me aprazer. Enfim, isto não ocorre somente comigo, mas com uma maioria de policiais, pois boa parte daquelas pessoas tem uma fala eleita, tida como agradável – e supostamente pensada como aceitável e comum a nós policiais –, que se resume em discursos de ampliação do sofrimento alheio e na transcendência da nossa atividade. Pode-se dizer que este fato é a demonstração do reflexo da representação social e comum da atividade policial, sua prática e retórica, complementada – ou melhor, estruturada – por aquilo que a sociedade entende como uma política “eficaz” de controle do crime, mas que se materializa por aquilo que Pedro Bodê chamou de *controle social perverso*. E assim sempre surgem, nesses diálogos, as opiniões constantes referentes ao *aumento de pena, à diminuição da maioria penal, à adoção da pena de morte, à prática de tortura*, entre outros exemplos.

Vejo que, além de demonstrar um pensamento comum e popular do “fazer justiça”, isto significa a clara tentativa de aproximação ou reconhecimento daqueles sujeitos que não conhecem o campo policial a nós, policiais, que indubitavelmente somos detentores de certo *status social* ou de uma “personificação governamental”, conforme apontado por David

¹² GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 2009, p. 25-28.

Bayley,¹³ reafirmando o senso comum de que *todo* policial é adepto de qualquer política, quer esta vise unicamente a majorar e a crescer a nossa mais emblemática atividade: prender. Mas muitos se esquecem de que não é apenas isto que compõe a nossa prática habitual, aliás, o ato de prender não faz parte do trabalho diário da maioria das unidades policiais que conheço. Por isso, surge a ideia falsa dessa prenoção popular, ou seja, intitular algo que não existe a alguém, pelo menos da forma comum como se pensa. Muitos dos meus colegas – e eu me incluo nesta classe – veem essa tentativa de aproximação, baseada num discurso descolado com a nossa realidade, como algo desconfortável ou até mesmo como uma afronta à nossa “auto-estima grupal”, lembrando a lição de Norbert Elias.¹⁴ Ou seja, ao invés de agradar, causa um efeito contrário, o da repulsa, além do que, na visão da maioria dos policiais, há um senso comum classista de que poucas pessoas estranhas à nossa atividade sabem o que ela realmente significa para nós mesmos.

Atento a essa preocupação, Pedro me alertou quanto as minhas inserções no campo de pesquisa, pois ele dizia que eu possivelmente seria visto como alguém maximizador da nossa prática diária desse *controle social perverso*, mais um ator coadjuvante sobre quem recaía o pensamento geral e comum de que o sucesso da segurança pública se faz tão somente com um recrudescimento da lei e da polícia. O aceite comum e equivocado de que toda a atividade da persecução criminal tende unicamente ao escracho do acusado, nem que, para isso, tenhamos de ultrapassar o limite de nossas possibilidades éticas. A vontade popular ou até mesmo a cobrança para a prática de tortura policial exemplifica empiricamente isto, conforme pontualmente demonstrado por pesquisa formulada pelo Núcleo de Violência da

¹³ Bayley aponta várias formas principais de influências políticas (diretas e indiretas) operadas pelas instituições policiais. Cita, por exemplo o fato de que os policiais são a encarnação do governo que eles representam e, por vezes, formadores cívicos para a determinação do caráter nacional. BAYLEY, David. *Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa*. 2ª Ed. 1ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 212.

¹⁴ Segundo Elias, as pessoas apresentam uma “notável propensão para projetar parte de sua auto-estima individual nas unidades sociais específicas, às quais estão ligadas por *fortes sentimentos de identidade e de participação*. É uma das raízes dos perigos que os grupos humanos constituem uns para os outros. Não é muito difícil reconhecer o caráter ambivalente e paradoxal dos vários tipos de auto-estima de grupo. Em muitos casos, as pessoas esperam de seu grupo-nós apoio, proteção e ajuda nos infortúnios, especialmente de seu grupo de sobrevivência, assim como esperam a indispensável gratificação de sua autoconsideração, ainda que, ao mesmo tempo, estejam prontas para arriscar suas vidas em benefício de seu grupo e de seus valores e crenças. *Trata-se de notável mistura de auto-estima e altruísmo, de gratificação narcisista e de devoção ao coletivo. A situação paradoxal está intimamente ligada ao fato de o ego humano ser tanto ego-eu quanto ego-nós.*” [grifo nosso]. ELIAS, Norbert. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 19.

Universidade de São Paulo, em que 47,5% da população entrevistada defenderam o uso de tortura para a obtenção de provas na persecução penal.¹⁵

Minhas análises no campo da segurança pública me tornaram um crítico. Com o desnudamento das falaciosas premissas de “proteção” e “segurança”, pude perceber que por trás do discurso de uma “melhor e mais eficaz segurança pública” esconde o verdadeiro interesse dos atores que compõem o campo policial: o aproveitamento e o ganho político e econômico. No cotidiano de suas funções de controle, o campo da segurança pública é o lugar ideal para estas disputas por espaço e poder, e, o que é pior, tudo ocorre sob o discurso da pacificação, da harmonia, da (re)socialização, da inclusão etc. Ou, no caso das polícias, sob a solidária (mas falaciosa) premissa de “proteger o cidadão de bem” por exemplo. Neste último caso, agindo mediante novas categorias de atuação que só interessam às próprias instituições.¹⁶ “Instituições bastardas”, conforme proposto por Everett Hughes,¹⁷ pois definem o que será ou não distribuído dentro de uma determinada categoria de serviços. Assumem uma variedade de formas, ora como instituições propriamente ditas, ora como programas, projetos ou outras denominações. Definem, de maneira padrão, o que é apropriado para as pessoas quererem. São convencionais e apoiadas, pelo menos em certa medida, pela opinião popular. E, por fim, objetivam tão somente os seus interesses internos. Tal constatação foi encorajada por meu orientador quando me sugeriu iniciar o meu trabalho de doutoramento por um viés crítico.

Sinto saudades do meu amigo. Sinto falta de suas conversas, da sua ironia refinada e de sua perseverança inabalável em sempre tentar nos fazer enxergar esses mecanismos de “verdades” do campo da segurança pública, ou seja, categorias racionalizadas para fins não

¹⁵ Conforme informação disponível no site <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2012/06/475-dos-brasileiros-tolera-tortura-para-obter-provas-diz-pesquisa.html>. Acessado em 15/10/2024.

¹⁶ Conforme Gusso, “se pensarmos no campo das instituições sociais, principalmente as públicas que exercem alguma forma de controle, tal fundamento não é exceção. Pois nós (*homens-Estado*) somos constantemente forçados ou convidados a abandonar o velho para abraçar irrefletidamente o novo. Ou seja, descartamos o discurso original que legitima a existência dessas instituições, e com ele não mais nos envergonhamos em adotar novas categorias de atuação. Vejam, por exemplo, a energia despendida nas instituições que procuram promover (pelo menos oficialmente) a pacificação social. Falo então de todos os órgãos que compõem o sistema penal. A interferência política, a perpetuação de poder dos grupos minoritários através da impunidade, o litígio pela destinação de recursos públicos, a ferocidade da busca do totalitarismo das atribuições, o duelo pela publicização de seus atos através da mídia como forma de reconhecimento social, e até a vaidade de seus uniformes e símbolos passaram a ser o único objetivo da existência dessas instituições”. GUSSO, Rodrigo Bueno. “O controle social pelo discurso do ódio”. In: *Jus Navigandi*, Teresina, ano 16, n. 2938, 18 jul. 2011. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19571>>. Acesso em: 15/10/2024.

¹⁷ BECKER, Howard. *Segredos e truques da pesquisa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2007, p. 138.

tão visíveis e muito diferentes daqueles oficial e publicamente propalados e vendidos a todo instante. Talvez tenha sido esse o meu maior aprendizado, o exercício de investigar, interpretar e desconfiar esses mecanismos cruéis da nossa política criminal. Retratados não apenas nas perversas formas políticas dos programas de segurança, muito além, reconhecer principalmente (recordando Max Weber) a reprodução do engendrado modo com que essas estruturas operam, numa proposital “burocracia racionalizada”,¹⁸ tão familiar na prática policial. É nosso dever denunciá-los. E assim meu mestre se perpetua, naquilo que nos ensinou e que agora transmitimos aos nossos orientandos e alunos. Essa é sua maior contribuição. Cabe a nós seguirmos adiante e, toda vez que alguém vir a nós, desejando se arriscar a entrar no campo de pesquisa da segurança pública, estenderemos nossas mãos e diremos: “conte comigo”.

Referências:

BACHELARD, Gaston. **A psicanálise do fogo**. Lisboa: Litoral. p.7. 1989.

BAYLEY, David. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. 2^a Ed. 1^a reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 212, 2006.

BECKER, Howard. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. p. 138, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Compreender. Petrópolis: Vozes. p. 694, 2008.

_____, Pierre. **Razões práticas. Sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus. p. 106, 2008.

_____, Pierre. **O poder simbólico**. 12^a Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 8-15, 2009.

_____, Pierre. **Questões de sociologia. Paradoxo do sociológico**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983.

¹⁸ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Volume 2, p. 198-233.

CHAMPAGNE, Patrick. **A visão mediática. A miséria do mundo.** Pierre Bourdieu (coord.)
7ª Ed. Petrópolis: Vozes, p. 68, 2008.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.19, 1998.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana.** Petrópolis: Vozes. p. 25-28,
2009.

_____, Erving. **Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio
de Janeiro: LTC, 2008.

GUSSO, Rodrigo Bueno. **“O controle social pelo discurso do ódio”.** In: *Jus Navigandi*,
Teresina, ano 16, n. 2938, 18 jul. 2011 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/19571>

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor,
p.19, 2006.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Brasília:
Universidade de Brasília, 2009. Volume 2.